CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA
中国-巴西企业家委员会

CARTA DA CHINA

Ano 6 | Nº 47 | 18 de maio de 2009

Nesta edição

- Agenda “relâmpago” de Lula na China tem foco apenas político Pág.02
- Renminbi: nova opção a transações internacionais? Pág.02
- É viável negociar com a China em reais e renminbi?, *por Marcelo Nonnemberg* Pág.03
- Peru e China assinam amplo Acordo de Livre Comércio Pág.04
- *Dragonomics* analisa proposta chinesa de moeda global Pág.06

Curtas

- Chery anuncia primeira fábrica no Brasil Pág.12
- Austrália aprova aquisições chinesas no setor de mineração Pág.13
- Empresa francesa paga maior indenização da história da China por desrespeito a patente Pág.14

Veja demais curtas

VEM AÍ

O MAIS IMPORTANTE DEBATE SOBRE CHINA NA AMÉRICA LATINA

São Paulo
30 de Junho
2009
FECOMERCIO

3ª Conferência Internacional
CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA 中国-巴西企业家委员会

PRESENÇA DA CHINA NA AMÉRICA LATINA

Representantes de grandes empresas brasileiras e alguns dos mais renomados especialistas em China do mundo se reunirão em junho de 2009, em São Paulo, para debater a Presença da China na América Latina.

Será uma oportunidade inédita de avaliar os efeitos da Presença da China na América Latina para a sua empresa.

inscrições abertas no site
www.presencadachina.cebc.org.br

Ouro: VALE, BNDES, BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Prata: Banco do Brasil, Embraco, Itaú BBA, KPMG

Apoio: ABDIB, Apimec, Apimec Rio, Apimec SP, CEBRI, CNI, FIEMG, FIEMT, FIEP, FIESP, FIRJAN, FUNCEX, Prefeitura de São Paulo

Comunicação: AMA COUTO BRANDING & DESIGN

Realização: CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA 中国-巴西企业家委员会

Relacionamento bilateral

Agenda "relâmpago" de Lula na China tem foco apenas político

Após cinco anos da primeira visita oficial do presidente Lula à China, a missão presidencial brasileira ao país, a ser realizada em maio de 2009, contará apenas com praticamente um único dia de visitas, isto é, sem qualquer espaço para real aprofundamento do relacionamento comercial. Surpreendentemente, a China, já o segundo parceiro comercial do Brasil em 2008 e primeiro em abril de 2009, permanece aparentemente excluído da agenda estratégica governamental brasileira, apesar de esforços contínuos do setor privado do país. Por mais incrível que possa parecer, o presidente Lula ficará mais tempo na Turquia, que no início era considerado somente uma parada técnica da missão do presidente à China.

O que era para ser a "maior delegação de empresários da história", de acordo com declarações do ministro Celso Amorim, tornou-se visita política. A agenda empresarial sofreu bastante com a falta de interesse dos ministros do governo Lula que praticamente se recusaram a ir à China e, dessa forma, comprometeu agenda de atividades empresariais, que pode ser concluída apenas poucos dias antes do início da missão. Inicialmente, havia previsão de realizar reuniões empresariais em Guanzhou e Shenzhen com os setores de máquinas e equipamentos e do agronegócio, porém estas foram canceladas em razão da ausência dos ministros responsáveis pelas referidas pastas e por incompetência da burocracia brasileira ao não conseguir convidar empresas chinesas para os eventos.

Ao contrário do que pode ser observado em outros países, o Brasil se recusa a realizar missões à China com maior fequência, o que contribuiria significativamente para o setor privado conquistar maior fatia do mercado chinês. Aparentemente, o Brasil não consegue reconhecer as oportunidades atreladas ao aprofundamento das relações com a China, tampouco compreender constantes sinais do país asiático de que o Brasil é um "parceiro estratégico". Se o estabelecimento de mecanismos especiais para o aprofundamento do relacionamento bilateral, como o Diálogo Estratégico e Comissão de Alto Nível de Diálogo, não são suficientes para elucidar a importância do Brasil à China, a visita ao Brasil do vice-presidente chinês e futuro sucessor de Hu Jintao na presidência, Xi Jiping, em fevereiro de 2009 é outro exemplo a ser citado.

A missão brasileira programada para maio de 2009 deveria, originalmente, não apenas dar fim ao jejum de visitas de autoridades governamentais brasileiras à China e buscar maior aproximação política, como igualmente fomentar relações comerciais e investimentos – via negociação de abertura de mercados ainda vetados a produtos brasileiros, organização de encontro entre empresários e apresentação de projetos aptos a receber capital chinês. Contudo, a missão mostra-se cada vez mais próxima de simples cumprimento protocolar. Ao que tudo indica, parece que os breves encontros entre os presidentes Lula e Hu Jintao em fóruns multilaterais são suficientes ao governo brasileiro para tratar do complexo relacionamento com o segundo maior parceiro comercial do país.

Aparentemente foi esquecido pelas autoridades brasileiras o significado de uma missão, este de fortalecer e fomentar esferas de cooperação, bem como atender a necessidades do setor privado. Em outras palavras, a viagem do presidente Lula e sua delegação ao país asiático se traduz literalmente em uma "visita" oficial, e não prioriza identificação de oportunidades de negócios e aprofundamento do relacionamento bilateral. Mais do que descaso, a decisão do governo ilustra desconhecimento da importância da China para o crescimento econômico brasileiro e da própria cultura social e política do país asiático, que supervaloriza demonstrações de prestígio. Poucos são os países que deveriam receber mais atenção do Brasil do que o que atualmente ocupou o segundo lugar no *ranking* de parceiros comerciais em 2008 e registra uma das maiores taxas anuais de crescimento econômico no cenário internacional. ■

Comércio exterior

Renminbi: nova opção a transações internacionais?

Face à crise creditícia internacional e seus efeitos sobre o comércio exterior chinês, Pequim tem buscado fortalecer o renminbi como moeda de troca internacional a fim de reduzir risco de flutuações cambiais significativas sobre operações comerciais. Entre as principais iniciativas anunciadas para atenuar a prevista desaceleração do comércio da China com o mundo estão assinatura de acordos de *swap* bilaterais e permissão para que algumas cidades chinesas efetuem transações comerciais com países e regiões vizinhas em moeda local. No primeiro trimestre de 2009, as exportações totais da China registraram queda

anualizada de 19,7%, enquanto importações contraíram 24,9% no mesmo período, segundo Escritório Nacional de Estatísticas da China (NBS, na sigla em inglês).

Desde dezembro de 2008, o país já firmou acordos *swap* com Indonésia, Malásia, Coreia do Sul, Bielorrúsia, Hong Kong e, mais recentemente, Argentina, no montante total de US$ 95 bilhões. O acordo com o país sul-americano foi o menor firmado até o momento, de US$ 10 bilhões, e assinado durante encontro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na Colômbia, em março de 2009.

Segundo diretor do banco central chinês, Zhou Xiaochuan, tais acordos objetivam "estabilizar o sistema monetário e limitar impactos da crise no comércio bilateral". Na prática, reduzem demanda por dólar, diluindo assim pressão cambial, e estimulam exportações, uma vez que atuam como espécie de financiamento a transações comerciais futuras ao definir que a China receba determinada quantia em moeda de seu parceiro comercial e esse, por sua vez, receba valor idêntico em renminbi.

Países exportadores de *commodities* têm enfrentado dificuldades para financiar suas importações diante desvalorização expressiva desses produtos e escassez de crédito causada pela crise financeira internacional. Neste cenário, acordos de *swap* cambial surgem como oportunidade para a China não somente tentar recuperar volume de comércio, como transformar sua moeda em opção a transações comerciais.

Embora aparentemente benéfico, alguns empresários brasileiros reagiram negativamente à reunião do presidente Lula com o presidente chinês Hu Jintao que abordou a possibilidade de estabelecimento de acordo similar, realizada paralelamente ao último encontro do G-20 em março de 2009. Tais críticos argumentam não ser necessário o mecanismo de *swap* cambial a nenhum dos dois países, visto que não atravessam momento de baixa liquidez. Dessa forma, a assinatura do documento poderia, ao incentivar exportações, ocasionar invasão de produtos chineses no mercado brasileiro. Contudo, o tema deverá voltar à agenda durante missão brasileira à China que se realizará na segunda quinzena de maio de 2009.

Já em abril de 2009, o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, anunciou projeto piloto que permitirá realização de operações de exportação e importação em renminbi por Xangai, Guangzhou, Shenzhen, Zhuhai e Dongguan. De acordo com jornal chinês *People's Daily*, inicialmente apenas aço, têxteis, produtos químicos e equipamentos mecânicos poderão ser comercializados por essas cidades em moeda chinesa. A data de entrada em vigor, contudo, ainda não foi divulgada.

Além de iniciativas bilaterais, o esforço da China por fortalecer sua moeda no cenário internacional projetou-se também em reuniões multilaterais. Durante o mesmo encontro do G-20, Hu Jintao sugeriu expandir mecanismo de Direitos Especiais de Saque (SDR, na sigla em inglês) do Fundo Monetário Internacional (FMI), de forma a incluir outras moedas que não somente os atuais dólar, euro, iene e libra esterlina e substituir as reservas em moeda estrangeira dos países. Assim, seria criado sistema de cesta de moedas mais amplo que poderia ser utilizado em comércio e transações financeiras.

A proposta de fazer do renminbi moeda internacional já configurava entre os objetivos do governo chinês, entretanto, a perspectiva de enfraquecimento do dólar certamente acelerou iniciativas. Diante cenário de escassez de liquidez internacional, a eleição da moeda chinesa como opção a transações financeiras e comerciais com o exterior casa-se à necessidade de financiamento de importações de parte significativa de seus parceiros comerciais. A crise, portanto, abre outra janela de oportunidade à projeção da China no cenário econômico e político mundial. ■

Artigo especial

É viável negociar com a China em reais e renminbi?

Por Marcelo José Braga Nonnenberg[1]

No início de abril de 2009, o presidente Lula propôs ao presidente Hu Jintao, da China, que o comércio entre os dois países passasse a se realizar nas respectivas moedas. Essa proposta deverá ser melhor discutida entre os dois países durante a visita do presidente do Brasil à China, em maio. Mas será possível esperar que essa proposta vá adiante, ainda que demore para acontecer?

[1] Marcelo José Braga Nonnemberg é diretor de Pesquisa e Estudos Macroeconômicos e coordenador do Grupo de Estudos sobre China do Instituto de Pesquisa de Economia Avançada (IPEA).

Sendo a economia chinesa várias vezes maior do que a brasileira, é razoável esperar que a decisão dependa muito mais dos interesses chineses do que dos brasileiros. Uma pista da resposta da China poderia ser vista em duas recentes iniciativas desse país. Primeiro, em dezembro de 2008, o governo chinês aprovou medida que permite que as transações comerciais realizadas entre as empresas situadas no Delta do Rio Yangtze (basicamente, a região de Xangai) e na província de Guangdong, de um lado, e Hong Kong, do outro, sejam feitas em renminbi e não em dólares norte-americanos, como ocorria até então.

Segundo, em março de 2009, o Banco Central da China lançou a ideia de que o dólar deixe de ser a moeda de reserva internacional para ser substituído por uma outra moeda, dissociada de países individuais, e que possa permanecer estável a longo prazo. Claro que, por trás dessa proposta está o receio de que o dólar, que constitui o grosso de suas reservas de US$ 2 trilhões, sofra uma forte desvalorização.

Mas há outras questões em jogo. A China vem mantendo a paridade entre o renminbi e o dólar constante ou quase constante (pequena valorização a partir de 2005) desde 1994. Essa taxa foi crucial para o aumento das exportações chinesas, que constituiu um dos motores do seu crescimento. Por essa razão, a China resiste tanto a valorizar sua moeda.

Contudo, essa política apresenta algumas limitações. Além da questão do risco de desvalorização das suas reservas internacionais (depositadas em dólar), mencionado no parágrafo anterior, está a dificuldade em esterilizar permanentemente a emissão de moeda nacional. É sabido que a manutenção de taxas de câmbio fixas ou semi-fixas restringe a ação da política monetária, impedindo a elevação das taxas de juros quando necessário. Além disso, a esterilização levará eventualmente a um ritmo de expansão monetária que poderá resultar em pressões inflacionárias. Apesar de esse risco não existir no presente momento, é preciso lembrar que as taxas de inflação subiram muito rapidamente entre 2007 e 2008.

Todas essas questões deviam estar presentes na mente das autoridades chinesas ao propor aquelas medidas acima, que eliminariam ou reduziriam acentuadamente o papel do dólar como moeda de circulação internacional. Entretanto, será que esses argumentos seriam suficientes para aceitar a proposta brasileira?

Observe-se, em primeiro lugar, que a proposta chinesa relativa a Hong Kong não é realizar as trocas nas respectivas moedas locais, mas em renminbi apenas. Vamos lembrar que o objetivo é ampliar a participação da moeda chinesa no comércio mundial. Segundo, refere-se apenas a parte (ainda que substancial) do comércio bilateral. Terceiro, apesar de Hong Kong possuir algum grau de autonomia, principalmente no que toca aos aspectos econômicos, faz parte da República Popular da China. Finalmente, o peso do comércio bilateral é extremamente elevado para ambos os países. Para a China, cerca de 15% de suas exportações, para Hong Kong, cerca de 46%.

Por outro lado, o peso do Brasil no comércio chinês é muito pequeno, inferior a 2% em ambos os sentidos. Já para o Brasil, a China representa cerca de 12% do comércio, em ambos os fluxos, e é atualmente nosso segundo parceiro comercial, atrás apenas dos Estados Unidos.

A China tem um histórico de grande cautela e lentidão no que se refere a alterações profundas de suas políticas públicas. Opta, normalmente, por fazer experiências localizadas para testar as consequências. Dessa forma, é muito pouco provável que a China se disponha a iniciar um processo de alteração substancial do regime cambial do seu comércio exterior com um país com um peso relativo tão pequeno e com um histórico de grandes flutuações cambiais. De toda forma, é oportuno o debate sobre mudanças no sistema cambial global. ■

América latina

Peru e China assinam amplo Acordo de Livre Comércio

Reforçando papel de parceira estratégica dos países da América Latina, China anunciou assinatura de Tratado de Livre Comércio (TLC) com Peru ao final de abril de 2009. Este foi primeiro TLC assinado pela China com país em desenvolvimento a abranger não apenas comércio de bens, mas também serviços e investimentos. Após onze meses e seis rodadas de negociação, o documento foi assinado em Pequim, durante visita do vice-presidente peruano Luis Giampietri.

Leia mais

Texto completo do TLC entre China e Peru

Este foi o segundo TLC assinado pela China com país latino-americano, menos de dois anos após assinatura de tratado similar com Chile, em 2007. Todavia, se o TLC firmado com o Chile restringia-se a ampla redução tarifária no comércio de bens e cooperação em demais questões comerciais – resolução de controvérsias, barreiras sanitárias e técnicas -, o documento assinado com Peru é o primeiro na região a abordar também comércio de serviços e provisões sobre investimentos bilaterais.

No que tange ao comércio de serviços, China comprometeu-se com abertura superior àquela oferecida no âmbito multilateral da Organização Mundial do Comércio (OMC) – a exemplo de compromissos plenos de Tratamento Nacional e Acesso a Mercados especificamente para franquias e fim à restrição a serviços oferecidos por agências de viagem peruanas. Acerca das disposições sobre investimentos, Peru incluiu cláusula semelhante à existente em TLC firmado com os Estados Unidos, permitindo expropriação de investimentos do parceiro em casos de "segurança nacional" e "objetivos de bem-estar público".

Leia mais
Carta da China 14

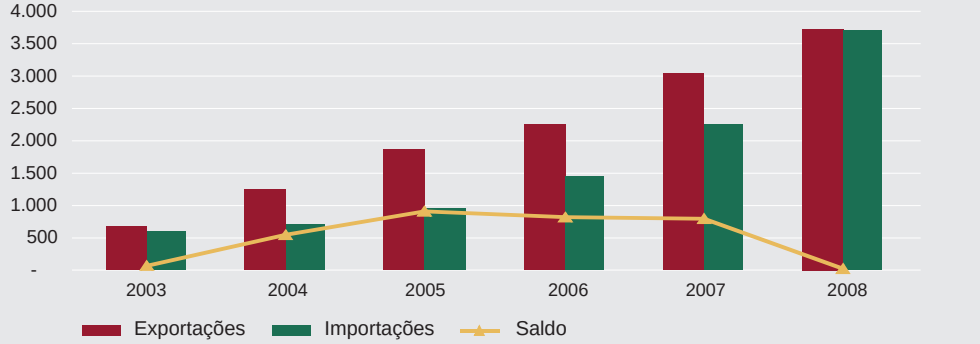
Redução tarifária no comércio de bens - Principais cláusulas do TLC abordam calendário e escopo de reduções tarifárias no comércio sino-peruano de bens. No que concerne às exportações peruanas para o país asiático, entrarão com tarifa alfandegária zero, tão logo em vigor o Tratado, produtos que respondem por 83,5% do valor exportado para China em 2007. Até prazo máximo de 17 anos, 94,5% das linhas tarifárias exportadas pelo Peru (ou 99% do valor total exportado pelo país para a China em 2007), obterão eliminação completa de tarifas. O restante dos produtos peruanos importados pelo parceiro asiático, excluídos da redução pelo TLC, respondem por setores sensíveis à economia chinesa, como arroz, tabaco, café, milho, pneus e motocicletas, e representam apenas 1% do valor total comercializado.

O Peru, por sua vez, ofereceu eliminação imediata de tarifas a 62,7% das linhas tarifárias importadas da China, que respondem por 61,8% do total importado do país asiático. Em até cinco anos, a isenção será ampliada para 75,2% do valor total de bens importados da China, incluindo produtos estratégicos para o país asiático como telefones celulares, computadores e suas partes, produtos laminados de aço e ureia. Estão excluídos do TLC, entretanto, produtos dos setores plástico, calçadista, têxtil e metalmecânico, considerados sensíveis para o Peru, cujas importações responderam por 10% do total importado da China em 2007.

Para além das reduções tarifárias, o TLC cria oito comitês técnicos – incluindo de Barreiras Técnicas, de Barreiras Sanitárias e Fitossanitárias e Facilitação de Comércio – visando a promover cooperação e facilitar resolução de impasses comerciais. Tais comitês técnicos terão a finalidade de remover barreiras comerciais e facilitar processos de defesa comercial bilateral.

Pauta do comércio bilateral – Ao longo dos últimos seis anos, o fluxo de comércio entre Peru e China aumentou 585%, passando de US$ 1,3 bilhão em 2003 para US$ 7,5 bilhões em 2008. A participação da China nas exportações peruanas apresentou, da mesma maneira, significativo aumento de 7,5% em 2003 para 12% em 2008 – atualmente, o país é o segundo maior parceiro do Peru, atrás apenas dos Estados Unidos. Se replicados efeitos do TLC firmado entre China e Chile, a corrente de comércio entre os países deve elevar-se substancialmente – entre 2006 e 2007, após assinatura do TLC, valor do comércio bilateral sino-chileno registrou aumento de 65,9%.

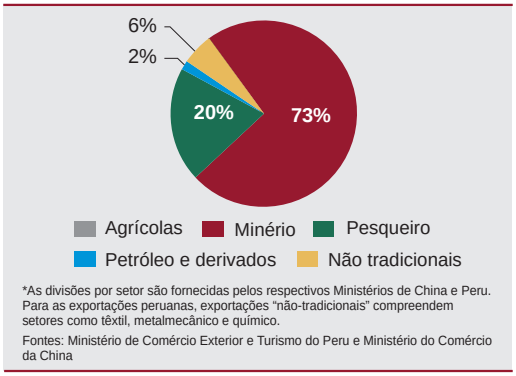
Comércio bilateral Peru-China – Em US$ milhões



Fonte: Ministério do Comércio Exterior e Turismo do Peru

Similar ao comércio bilateral com Chile, China possui pauta de exportações complementar à pauta peruana. Enquanto cerca de 95% do valor total exportado pelo Peru para o país asiático em 2008 foi categorizado como tradicional – bens agrícolas, pesqueiros, minerais e petróleo e derivados -, bens de capital e bens de consumo respondem por 69% do valor exportado pela China para o mercado peruano. Somente o setor de mineração respondeu por 73% das vendas peruanas para o país asiático – sendo estas concentradas em cobre e chumbo e seus derivados -, enquanto o setor de pescados representou 20%, sendo farinha de peixe o produto principal comercializado do setor.

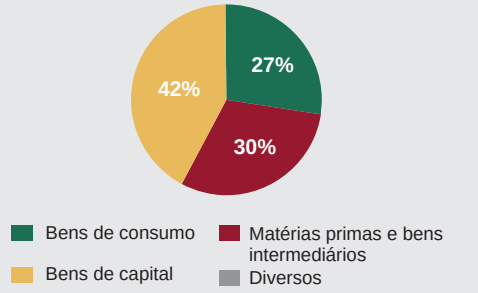
Exportações peruanas para China – Por setor*



*As divisões por setor são fornecidas pelos respectivos Ministérios de China e Peru. Para as exportações peruanas, exportações "não-tradicionais" compreendem setores como têxtil, metalmecânico e químico.

Fontes: Ministério de Comércio Exterior e Turismo do Peru e Ministério do Comércio da China

Exportações chinesas para Peru – Por setor



Fontes: Ministério de Comércio Exterior e Turismo do Peru e Ministério do Comércio da China

China e América Latina – Assinatura de Tratado de Livre Comércio com Peru é mais um passo em direção à intensificação das relações da China com países latino-americanos. Lançamento de Policy Paper para América Latina em novembro de 2008, seguido de visita do presidente chinês Hu Jintao à reunião da APEC realizada no Peru, adesão da China ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em janeiro de 2009 e visita do vice-presidente da China, Xi Jinping, e do vice-primeiro-ministro, Hui Liangyu, a diversos países da região em fevereiro do mesmo ano confirmam interesse do país asiático no continente. Não apenas a China tem interesse em intensificar comércio e investimentos na América Latina para garantir acesso a recursos naturais estratégicos para seu crescimento, como se interessa também pelo mercado consumidor latino-americano – sobretudo em face às previsões de contração prolongada dos mercados norte-americano e europeu.

Leia mais

Carta da China 43
Carta da China 45

Cada vez mais, a China firma-se como potência econômica global e, paulatinamente, demonstra desejo de aprofundar relações com a América Latina. Neste sentido, o TLC assinado com Peru elucida mais uma vez interesse que vai além de redução tarifária no comércio de bens, buscando também bases comuns para aumento de fluxo de investimentos e serviços entre os países. Para o Peru, o acordo confirma reconhecimento da importância estratégica da China para seu crescimento econômico frente ao cenário de crise internacional e robustez da economia chinesa. ■

Dragonomics Research & Advisory

A aposta na moeda global do presidente do Banco do Povo da China Zhou Xiaochuan

Por Arthur Kroeber[2]

O presidente do Banco do Povo da China (PBoC, na sigla em inglês), Zhou Xiaochuan, causou furor recentemente ao sugerir criação de moeda internacional de reserva, com objetivo de por fim ao reinado do dólar norte-americano como principal moeda de reserva. O jogo político por trás desta proposta – que foi divulgada antes da reunião do G20, em Londres – foi perspicaz. No entanto, recomendamos não se levar a idéia de moeda internacional de reserva muito a sério.

[2] Arthur Kroeber é diretor da *China Economic Quaterly* e da *Dragonomics Research & Advisory*, empresa de pesquisa especializada em economia chinesa.

O jogo político: China como ator responsável - O artigo do Sr. Zhou foi antes de tudo, uma tentativa de estabelecer a posição da China em um conjunto intrincado de discussões políticas globais. Nesse sentido, foi muito engenhoso. Ao argumentar que o Fundo Monetário Internacional (FMI) deveria ser o emissor de nova moeda internacional de reserva, Sr. Zhou inteligentemente posiciona a China como líder na defensa do fortalecimento das regras econômicas internacionais, ao invés de mero aspirante que tenta derrubar a supremacia dos países desenvolvidos. Muitos temiam que a ascensão chinesa fosse necessariamente desestabilizadora e que o país não possuía interesse em "jogar as regras do jogo". Ao identificar, de forma acurada, o risco moral e de instabilidade inerentes ao sistema no qual uma única moeda nacional possui função de reserva global, Sr. Zhou articula o interesse nacional chinês em promover e participar de sistema multilateral baseado em regras. A China será mais assertiva, ele deixa transparecer – porém de maneira construtiva, não ameaçadora.

Esse argumento é direcionado tanto à audiência doméstica quanto à internacional. Alguns membros do governo chinês fantasiam que o considerável superávit da China lhe confere poder político, que a crise internacional alterou fundamentalmente equilíbrio de poder econômico mundial e que o renminbi pode, gradualmente, substituir o dólar como principal moeda internacional de reserva. O Sr. Zhou sabe, contudo, que estas idéias não são verdadeiras e está tentando introduzir necessária dose de realismo.

Outro objetivo político do artigo do Sr. Zhou foi, provavelmente, sugerir critérios para participação da China na expansão do capital do FMI, resultado muito desejado nas negociações do G20. Países ricos desejam que a China aloque US$ 100 bilhões ou mais, fundamentalmente para permitir que o FMI salve as economias falidas do Leste Europeu. A China corretamente questiona quais benefícios obteria ao disponibilizar tal montante. A expansão de seu direito de voto no FMI seria prêmio magro, tanto porque levaria ao menos uma década, sob as regras atuais, para dar ao país participação de votos proporcional ao tamanho de sua economia, quanto porque o FMI é marginal ao processo decisório econômico global. Ao propor fortalecimento do FMI, Sr. Zhou indica que a China merece e procura influência real, não algo meramente simbólico. Em nível mais prático e imediato, isto dá suporte à posição oficial da China – articulada em artigo do vice-primeiro-ministro Wang Qishan no *Times* de Londres – de que o FMI deveria considerar emitir títulos, os quais a China estaria disposta a adquirir. Títulos são mais atrativos para China do que contribuição de capital, uma vez que proporcionariam retorno financeiro.

É improvável que o Sr. Zhou imagine que suas propostas renderão frutos imediatos. Sua intenção é posicionar a China e direcionar participação do país na governança da economia mundial. Suas propostas assinalam que a China objetiva papel muito mais proeminente do que jamais foi conseguido pelo Japão e que a principal meta será limitar a habilidade dos Estados Unidos de agirem unilateralmente. Em resumo, sugere que a China provavelmente terá papel mais vigoroso e construtivo na economia internacional do que teve até então.

Como funcionam moedas de reserva - Observadores de fora pouco atentaram ao jogo político do artigo do Sr. Zhou, que é bastante interessante, e concentram-se demais em detalhes da proposta de moeda de reserva, que são fracos. O artigo traz a mais recente de uma série de críticas ao padrão dólar, a maioria das quais possui conceitos equivocados sobre como moedas de reserva são estabelecidas e como funcionam (grande parte da discussão que segue foi retirada da indispensável história do sistema de pagamentos global de Barry Eichengreen em "*Globalizing Capital*").

Moedas de reserva surgem porque são convenientes e tornam-se dominantes em função de efeitos em cadeia. Apesar de refletirem barganhas políticas subjacentes, nunca emergiram como resultado de negociação política consciente e concessões. O primeiro ativo de reserva internacional foi o ouro e o primeiro país a adotar padrão-ouro foi o Reino Unido, que o fez por acidente em 1717 quando o chefe do *Mint*[3] britânico, Sir Isaac Newton, estabeleceu preço baixo do ouro em relação à prata e, assim retirou, quase toda prata de circulação. No entanto, o padrão-ouro não se tornou dominante na Europa até o pós-Guerra Franco-Prussiana de 1870 e, somente por volta de 1890, a maior parte do mundo passou a adotar o padrão-ouro, ao invés do antigo padrão bimetálico ouro/prata.

Conveniência e efeitos em cadeia explicam o porquê da demora para que o padrão-ouro se firmasse. Enquanto alguns países operavam com ouro e outros com prata, fazia sentido

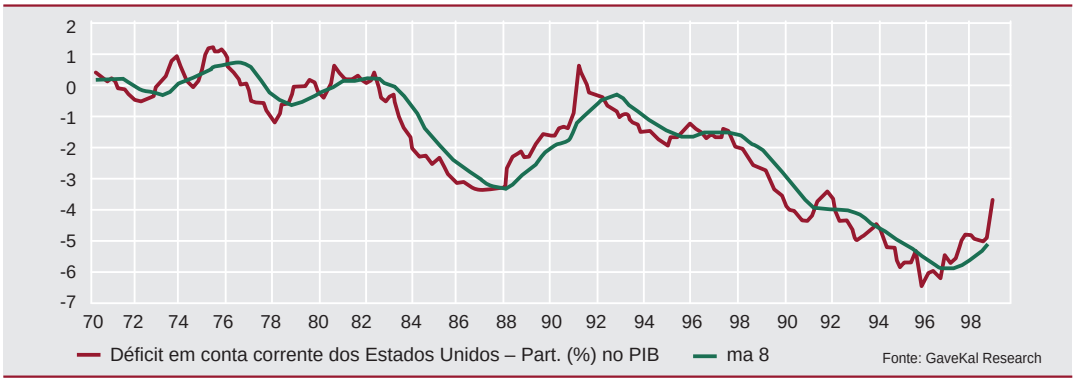
[3] O *Royal Mint of the United Kingdom* é o órgão responsável pela produção de moedas no Reino Unido.

para maioria destes operar em padrão dual ouro/prata, já que isto facilitava o número máximo de transações comerciais possíveis. Somente após a balança pender decisivamente em favor do ouro (após 1870, quando Alemanha decidiu converter seus gigantescos pagamentos de reparação da França em ouro) fez sentido para todos migrarem para o ouro – o que então fizeram prontamente. Uma moeda de reserva é um pouco como sistema operacional de computadores – é eficiente usar o mesmo sistema que todos demais utilizam e quanto mais pessoas usarem o mesmo sistema, menor o incentivo para utilizar outro. Uma vez que a moeda de reserva é amplamente adotada é extremamente difícil substituí-la porque benefícios da nova moeda devem superar os da antiga não em pouco, mas em muito.

Movimentar ouro para corrigir déficits de balanços de pagamento era custoso, portanto, investidores tipicamente moviam unidades de troca lastreadas em ouro, entre as quais, a principal delas, era a libra esterlina – fazendo desta a primeira moeda de reserva dominante. Enquanto o centro de gravidade da economia mundial deslocava-se do Reino Unido para os Estados Unidos, o dólar gradualmente assumia posição da libra no sistema de pagamentos internacional, ainda que esta mudança apenas se complete com a falência do Reino Unido após a Segunda Guerra Mundial e subsequente estabelecimento do sistema de Bretton Woods, baseado no dólar norte-americano com paridade fixa em relação ao ouro e paridades fixas das demais moedas em relação ao dólar.

Após o colapso do sistema de Bretton Woods em 1971, o mundo caminhou para sistema de moedas fiduciárias que pode ser denominado padrão dólar-dívida. Sob este arranjo, títulos governamentais denominados em dólares norte-americanos substituíram o ouro como ativo básico de reserva. A barganha central consiste nos Estados Unidos concordarem em incorrer em constante déficit em conta corrente a fim de garantir que haja títulos suficientes do governo norte-americano no mercado para prover liquidez ao resto do mundo. Como demonstra o gráfico 1, desde o fim de Bretton Woods os Estados Unidos incorreram, na maior parte do tempo, em déficits de conta corrente. Quando não o fizeram (1973-1974, 1980-1982, 1991), o mundo entrou em recessão.

Déficit em conta corrente dos Estados Unidos



O primeiro ponto essencial a destacar é que sob este sistema (ao contrário de seu predecessor Bretton Woods) enormes déficits em conta corrente dos Estados Unidos não são lamentáveis: são indispensáveis. Em outros termos, o sistema de pagamentos global depende dos Estados Unidos gastarem além do que podem. Países com superávits perpétuos, como Alemanha, Japão e, agora, China, que tendem a confundir economia com moralidade, gostam de denunciar o consumo excessivo dos Estados Unidos como extravagante (somente após terem recheado suas contas bancárias com lucros possibilitados por tal extravagância).

Porém, economia não é moralidade e o consumo exagerado norte-americano não é sempre extravagância. Este consumo excessivo incentiva inovação, que por sua vez é a fonte última de crescimento econômico sustentado. Para entender o porquê, tome como exemplo o IPhone, da Apple. Número significativo de consumidores nos Estados Unidos estava disposto a pagar US$ 600 pela primeira versão do IPhone, apesar de, caso pensassem racionalmente, poderiam esperar um ano para os preços caírem. Graças a estes consumidores que pagam preço elevado por acesso rápido a inovações, a Apple pode confiar que boa parte de seus gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D) serão pagos por consumidores do novo produto, ao invés de serem financiados por suas

reservas pré-existentes. Este é um caso extremo, mas é quase certo que a existência de mercado consumidor vasto e dinâmico – que aumenta a probabilidade de que gastos com P&D serão em parte ou completamente recuperados mesmo que o produto ou serviço específico não seja tão bem sucedido – reduz riscos da inovação e, portanto, a torna cada vez mais importante.

Consumo demasiado incentiva inovação, inovação incentiva crescimento de produtividade e crescimento de produtividade é o motor do crescimento econômico em longo prazo. Esta equação ajuda a explicar porque os Estados Unidos, um "extravagante" país devedor, difere da Argentina ou Itália. A base fundamental do padrão dólar-dívida é compromisso dos Estados Unidos reestruturarem permanentemente sua economia, a fim de garantir crescimento de produtividade necessário à geração de fluxos de capital que permitam ao governo norte-americano financiar dívida criada pelo déficit perpétuo em conta corrente. A credibilidade desta promessa deriva de duzentos anos de história econômica e alguns fatores complementares, como: hegemonia política e militar norte-americana (que significa que o país será capaz de assegurar recursos físicos necessários ao crescimento); e população em expansão, que garante que o país poderá prover rápida expansão da base monetária global para apoiar o crescimento na populosa Ásia.

Esse pano de fundo ajuda a explicar porque o padrão dólar-dívida, aparentemente construído sobre fundação de areia, tem durado tanto e porque propostas para substituí-lo são tão improváveis. Apesar de todas as reclamações sobre instabilidade do padrão dólar e sua suscetibilidade a crises, este durou quase tanto tempo quanto os demais arranjos monetários internacionais desde o bimetalismo. O padrão-ouro clássico, pelos cálculos mais generosos, durou 43 anos, de 1871 a 1914. O padrão ouro subsequente, no entre guerras, funcionou de maneira imperfeita e ruiu durante a Grande Depressão. O sistema de Bretton Woods durou um quarto de século, de 1946 a 1971. O padrão dólar-dívida tem agora 38 anos e, ao contrário da expectativa de muitos, a posição do dólar como moeda de reserva foi fortalecida, e não enfraquecida, pela atual crise financeira.

Porque outras moedas não funcionam - Existem problemas com o padrão dólar–dívida, dos quais trataremos em breve. No entanto, é importante ressaltar as condições sob as quais novo sistema de moeda de reserva global pode surgir. Primeiramente, como ressaltado previamente, efeitos em cadeia apontam que para ocorrer mudança, benefícios atrelados ao novo sistema devem exceder não pouco, mas muito, os malefícios do anterior. O dólar norte-americano não substituiu completamente a libra esterlina até muito tempo depois de a economia norte-americana ter ultrapassado a britânica em tamanho e a mudança final só foi consolidada com a falência da Grã-Bretanha após a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, a economia dos Estados Unidos ainda é no mínimo três vezes maior que qualquer outra economia nacional, incluindo a chinesa, e não está perto de falir. Segundo, a moeda de reserva concorrente precisa ser fundada em compromisso tão crível quanto o compromisso de crescimento econômico gerado por inovação perpétua e crescimento populacional que sustenta o dólar norte-americano. Tanto o euro como yen não passam nesse teste porque as populações europeia e japonesa estão estagnadas e porque a função principal da dívida soberana em ambos não é financiar excesso de consumo que gera inovação e, sim, possibilitar sistemas de bem-estar que garantam estabilidade social e padrão de vida de suas populações cada vez mais idosas. Essas são barganhas sociais bem justificáveis, no entanto, não podem ser sustentação da moeda de reserva internacional em mundo que requer base monetária em rápida expansão para suportar crescimento dos países em desenvolvimento.

Ainda mais ridícula, porém frequentemente discutida, é a ideia do renminbi como moeda de reserva. Não há nenhuma dúvida que o renminbi começará a ser utilizado de forma mais ampla como unidade de troca em transações comerciais, especialmente na Ásia onde o governo chinês trabalha ativamente para promover uso de sua moeda. Todavia, há grande diferença entre expansão relativamente modesta das funções do renminbi e candidatura plausível como grande moeda de reserva. A China não possui passado econômico necessário para gerenciar moeda de reserva dominante. Ademais, seu futuro é ainda mais nebuloso do que dos Estados Unidos. Sua população está envelhecendo rapidamente e dependência excessiva do modelo de crescimento intensivo em investimento e pobre em inovação - que produz retornos marginais ainda menores – criam o risco real da China envelhecer antes de enriquecer, criando estagnação em renda média permanente. Por fim, ninguém acredita que o atual sistema político da China seja sustentável e ninguém em sã consciência confiará ao governo chinês custódia de ativos de longo prazo. O país asiático simplesmente não é garantidor crível de valor e algumas

décadas de crescimento econômico e reforma política serão necessárias para que este possa se afirmar como tal.

No curto prazo, existem algumas óbvias barreiras práticas que a China terá alguma dificuldade em ultrapassar. Primeiro, para se tornar moeda de reserva o renminbi deve ser completamente conversível na conta de capitais. O governo não se comprometeu com nenhum prazo certo para conversibilidade, contudo começou a sugerir que 2020 possa ser a data limite. Por outro lado, falta de conversibilidade protegeu a China de muitos efeitos da crise atual e muitos oficiais do governo veem a não conversibilidade do renminbi como política de garantia contra tufões financeiros internacionais. Isso pode bem ser verdade, no entanto, é incompatível com ambição da moeda corrente.

Outro problema é que uma moeda de reserva necessita de profundo e líquido conjunto de instrumentos de dívida soberana que podem ser comprados por quem desejar. O mercado de títulos da dívida do governo chinês ainda é incipiente e muito fechado para investidores estrangeiros. Ainda mais importante, mercado de títulos completamente funcional significa que o mercado, e não o governo, determina a taxa de juros pela qual o governo pode tomar empréstimos. Esse princípio é de extrema importância para Pequim, sendo utilizado para empurrar ativos pelas goelas dos bancos estatais. Para ter uma moeda de reserva, o governo chinês teria que abrir mão do controle sobre custo de seus fundos. Novamente, é difícil vislumbrar que a China aceitará tão cedo mudança tão fundamental nos seus métodos de gerenciamento econômico.

O presidente do Banco Central chinês está bem consciente dessas restrições, sendo esse o motivo para ele não ter proposto papel maior para o renminbi, ou qualquer outra moeda existente. Ao invés disso, sugeriu uma moeda de reserva supranacional, que como já observamos foi jogada política muito perspicaz. No entanto, isso faz algum sentindo econômico?

Uma moeda de reserva global? - Existem duas grandes razões pelas quais as pessoas odeiam o padrão dólar-dívida e sonham em substituí-lo. Primeiramente, o padrão reflete hegemonia política norte-americana, que é compreensivelmente ressentida até por aqueles que auferem benefícios líquidos desta. Esse tipo de ressentimento encontra-se por trás das denúncias do "exorbitante privilégio" norte-americano feitas por Charles de Gaulle na década de 1960 e reflete a visão contemporânea da China. Contudo, enquanto a hegemonia norte-americana continuar, essa objeção é impotente. Segundo, o padrão dólar-dívida carrega consigo risco significativo de instabilidade. Críticos como o Sr. Zhou, apontam para aumento da frequência de crises financeiras durante a era do padrão dólar-dívida e dizem que outras economias não deveriam ser reféns da ameaça de tais crises. Célebres economistas como Joseph Stiglitz e Robert Mundell possuem visão semelhante. (Adendo: Mundell é popular na China devido a seu apoio público ao regime de taxa de câmbio fixa. Ele foi o primeiro estrangeiro a receber o "*green card*" chinês, lhe concedendo residência permanente, mesmo que passe apenas algumas semanas por ano na China. Ele discutiu a ideia da moeda global com oficiais chineses no último outono e essas discussões parecem ter gerado frutos na proposta do Sr. Zhou).

A crítica de que o padrão dólar-dívida levou ao aumento da instabilidade financeira internacional é justa. O Federal Reserve (Fed) possui responsabilidade estatutária para manter estabilidade de preços e produção nos Estados Unidos e, ainda assim, apenas vago auto-interesse nacional e boas maneiras o forçam a atentar para impactos de suas ações no resto do mundo. O Sr. Zhou aponta corretamente que políticas do Fed designadas à correção de problemas na economia norte-americana podem levar a sérias distorções e desequilíbrios no resto do mundo.

A principal dificuldade na administração do padrão dólar-dívida está na determinação de nível sustentável para o déficit em conta corrente norte-americana. Um superávit levaria o mundo à recessão, contudo, déficit muito grande cria bolhas financeiras cuja deflação é bastante complicada. Olhando novamente para o gráfico 1, observa-se que esta sugere que quando o déficit norte-americano ultrapassa 2% do PIB por qualquer período de tempo, problemas aparecerão. Portanto, é preciso convencer o Fed a reconhecer que é tanto um banco central mundial como nacional e que, junto aos seus objetivos de ordem interna como inflação e níveis de produção, precisa priorizar também nível de déficit em conta corrente.

O presidente do PBoC e outros concluem, racionalmente, que a probabilidade de outros

países serem capazes de impor a uma instituição norte-americana esse tipo de prestação de contas externa é baixa. Portanto, eles propõem mudança no longo prazo para moeda de reserva supranacional que presumivelmente será administrada por comitê multinacional. Existem três tipos de objeções à proposta. A mais simples é que crises recentes provam que não há necessidade de novas instituições e sim de novo comportamento. Enfrentando *tsunami* de liquidez desencadeada pelo excessivamente relaxado Fed de Alan Greenspan, países superavitários como a China tinham resposta óbvia: deixar suas moedas valorizarem. A China se recusou a fazê-lo, permitindo como alternativa rápido crescimento do superávit comercial e das reservas estrangeiras. Se ela e todas as outras economias superavitárias tivessem simplesmente permitido que suas moedas valorizassem, o problema dos "desequilíbrios globais" nunca teria aparecido. Sinceramente, e por razões que estão além do escopo desse texto, achamos essa objeção é fraca e ignora o simples fato de que a política monetária mundial é ditada pelo Fed e que a maioria dos outros países são tomadores de preço nesse mercado. Imaginar que suas ações individuais possam contrabalancear erros do Fed, na ausência de forte estrutura institucional internacional, ignora a mesma dinâmica de poder que tornou possível que o dólar fosse moeda de reserva em primeiro lugar.

Estabelecer conjunto melhor de dúvidas é útil. O que seria o banco central para tal moeda internacional e como o nível de liquidez mundial seria determinado? A recomendação específica do Sr. Zhou é aumentar peso dos Direitos Especiais de Saque (SDRs, na sigla em inglês) do FMI. (Ele não chega a pedir que os SDRs tornem-se moeda de reserva internacional, ainda que isto seja seu claro desejo no longo prazo). Contudo, o FMI não é constituído como banco central, logo teria de ser reestruturado. Essa seria difícil tarefa. Outra sugestão seria a utilização do Banco de Compensações Internacionais, espécie de imitação de banco central. Entretanto, em ambos os casos, o ponto central do exercício seria remover o banco central mundial da esfera de um governo e submetê-lo ao controle de muitos. Essa transferência envolveria deixar de lado um dos princípios mais sagrados da administração moderna de bancos centrais que é a independência do banco central em relação ao governo. Também levantaria espectro de uma incômoda instituição burocrática incapaz de fornecer resposta decisiva em tempos de crise – e é a mais pura fantasia imaginar que qualquer sistema de pagamentos mundial, mesmo o melhor desenhado, seja capaz de escapar inteiramente a crises.

Trade-off entre crescimento e estabilidade - A dúvida final é mais existencial. O padrão dólar-dívida acomodou extraordinária taxa de crescimento da economia e do comércio internacional, no entanto, teve como custo crescente instabilidade financeira. Pessoas como o Sr. Zhou gostariam de ver maior estabilidade. Justo, contudo, estariam eles também dispostos a aceitar menor crescimento, que seria quase certamente parte da barganha? Esse é assunto que eles evitam discutir.

O padrão dólar-dívida, como o clássico padrão-ouro de 1870-1914, foi construído para acomodar vastos fluxos de capital internacional, o que facilita alto grau de dinamismo e crescimento econômico em diversos locais. Este foi criado porque o sistema Breton Woods não conseguia acomodar rápido crescimento do fluxo de capital mundial, que teve início na década de 1960. O lado negativo do padrão dólar-dívida, assim como do padrão-ouro, são as relativamente frequentes crises financeiras, certamente devido à escala e rapidez dos fluxos de capital.

Qualquer sistema monetário internacional suficientemente flexível para permitir grande fluxo internacional de capitais será marcado por crises financeiras periódicas. Gerenciamento habilidoso de autoridades do banco de reserva e de agentes da economia nacional provavelmente podem moderar de alguma forma essas crises, ou ainda sistemas de seguro podem ser construídos para mitigar os custos de tais crises. Contudo, tais crises não podem ser eliminadas completamente. Como alternativa, pode-se criar sistema cuja principal função seja prevenir ocorrência de crises financeiras. O preço que deve ser aceito é vasta redução do fluxo de capitais internacional e, provavelmente, taxa mais baixa de crescimento econômico, sobretudo em países que possuem capital escasso (ou seja, o mundo em desenvolvimento). E, como esforço para impor estabilidade da taxa de câmbio sob as diretrizes de Bretton Woods descobriu, pode ser que tal sistema se prove insustentável, porque o capital acha formas de se mover e quebrar o sistema criado para conte-lo.

O ponto central é que nada é de graça. Críticos do padrão dólar-dívida parecem acreditar que existe uma utopia econômica na qual eles possam ter tanto alto grau de estabilidade

quanto crescimento acelerado, sem mencionar independência de garantidor econômico hegemônico. Isto é impossível. É particularmente importante para China reconhecer esse fato porque muitas de suas políticas, econômicas ou não, dependem da suposição de que crescimento econômico de 8% ou mais pode ser sustentado indefinidamente. Em cenário mais estável, com menos volatilidade nas taxas de câmbio, menos comércio e capital mais restrito, a China pode crescer apenas 5-6% ao ano. Isso pode ser algo bom para o mundo e até mesmo para o povo chinês, se o crescimento for mais qualitativo. Todavia, essa não é a trajetória econômica invocada por Pequim nesse momento.

Melhorias no atual sistema internacional de pagamentos e regulação financeira devem certamente ocorrer e aumentar prestação de contas do Fed para o resto do mundo seria uma boa ideia. Sr. Zhou mostrou comprometimento da China em desempenhar papel ativo nas discussões dessas reformas e isso é excelente. A China é uma economia importante, com muitas preocupações legítimas e muitas pessoas talentosas que podem contribuir bastante para desenvolvimento de governança econômica mundial mais inteligente. E, com ajuda da China, algumas das regras do jogo econômico internacional podem mudar nos próximos anos. Contudo, relatos do falecimento do padrão monetário dólar-dívida são decididamente prematuros. ■

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país, ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nossa julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 30.03.2009. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.

Curtas

Comércio bilateral

China é o maior parceiro comercial brasileiro em abril de 2009

Em abril de 2009, a China ultrapassou pela primeira vez os Estados Unidos e tornou-se maior parceiro comercial do Brasil. A corrente comercial sino-brasileira foi de US$ 3,23 bilhões no mês, enquanto o valor total comercializado entre Brasil e Estados Unidos foi aproximadamente US$ 440 milhões inferior. Contudo, no acumulado do ano, a corrente comercial com o parceiro norte-americano, de US$ 11,67 bilhões, ainda garante aos Estados Unidos o primeiro lugar no *ranking*, com diferença de US$ 1,43 bilhão em relação ao total comercializado pelo Brasil com a China no período. Em março de 2009, havia sido a primeira vez em que a China se tornou o principal destino das exportações brasileiras.

Leia mais
Carta da China 46

Indústria automobilística

Chery anuncia primeira fábrica no Brasil

A estatal Chery, quinta maior produtora chinesa de automóveis, comunicou que montará unidade produtiva no Brasil com capacidade de 100 mil a 150 mil veículos anuais até 2011 para atender não somente o mercado brasileiro, como também servir de base de exportação para outros países da América Latina e Estados Unidos. O local onde a fábrica será instalada ainda não foi definido, porém, os investimentos previstos são de US$ 500 milhões a US$ 700 milhões.

Desde sua fundação em 1997, a Chery já detém quatro unidades fabris na China, uma de transmissão e outras duas para produção de motores, além subsidiárias em oito países. A expectativa é de que em 2009 a empresa produza 650 mil veículos. A Chery já possui unidade na América do Sul, no Uruguai, porém esta tem capacidade produtiva de 25 mil veículos anuais e apenas monta modelos por meio de sistema CDK, isto é, importa peças da China e finaliza veículo em solo uruguaio.

Siderurgia

Brasil perde mercado de aço na América Latina para China

A China tem aumentado significativamente sua presença no mercado latino-americano de aço, apesar de o Brasil ainda se manter como principal fornecedor do produto para a região. De 2006 a 2008, as vendas de aço chinês para a América Latina quase dobraram, para 1,9 milhão de toneladas, enquanto as exportações brasileiras do produto para a região registraram queda de cerca de 58%, para 2,6 milhões de toneladas.

América Latina foi a única região a apresentar aumento das importações de aço da China em 2008, cujo crescimento anualizado foi de 28%. Segundo estudo do Instituto Latino-Americano de Ferro e Aço (Ilafa) apoiado pelo Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), tal resultado deve ser atribuído em parte à queda da demanda por aço em outros mercados, como norte-americano e europeu, e a medidas protecionistas adotadas pelos mesmos contra o aço chinês. Ademais, o Brasil tem redirecionado nos últimos anos suas exportações para o mercado interno, aquecido antes da crise de liquidez internacional.

A China é atualmente responsável por 38% da produção mundial de aço. Mesmo diante cenário de desaceleração econômica global, o governo chinês continua a aumentar sua capacidade produtiva e a incentivar, via estímulos financeiros e fiscais, exportações do produto.

Competitividade

China mantém-se como principal fornecedor de eletrodomésticos para a Argentina

Pelo o segundo ano consecutivo o Brasil ocupou o segundo lugar no *ranking* de fornecedores de eletrodomésticos à Argentina em 2008, com 29,1% de participação no total importado pelo mercado argentino desses produtos, segundo estudo publicado pela consultoria argentina IES Investigaciones Económicas Sectoriales. No mesmo período, a China registrou participação de 34,1%, mesmo valor observado em 2007 quando da primeira vez que o país asiático ultrapassou o Brasil. Em apenas um ano, as compras de eletrodomésticos brasileiros pela Argentina recuaram 3,8 pontos percentuais (p.p.).

Leia mais
Carta da China 34

Energia I

China construirá maior hidroelétrica do Equador

A estatal Sinohydro Corp., maior empresa de engenharia e construção de hidroelétricas da China, investirá US$ 1 bilhão via Eximbank chinês na construção da maior hidroelétrica do Equador, com capacidade de produção de 1.500 MW. O investimento corresponde a cerca de 85% do valor do projeto, que receberá também capital equatoriano e argentino. A hidroelétrica, denominada Coca-Codo Sinclair, objetiva reduzir dependência do Equador de outros países para seu abastecimento energético. Segundo estudo publicado pelo governo equatoriano, o país importou aproximadamente US$ 27 bilhões em energia da Colômbia em 2008.

A China tem aumentado seus investimentos na América Latina a fim de facilitar a acesso a recursos naturais e atender crescente demanda por esses produtos. Tal contrato no Equador, empréstimos recentes a Petrobras e criação de fundo de investimento para a Venezuela são alguns exemplos recentes dessa política de aproximação com países da região.

Investimentos

Austrália aprova aquisições chinesas no setor de mineração

Governo da Austrália aprovou aquisição de parte da terceira maior mineradora da australiana, Fortescue Metals, pela chinesa Hunan Valin Iron & Steel, em março de 2009. Como parte do acordo, avaliado em cerca de US$ 438 milhões, a chinesa deverá comprometer-se em adquirir maior participação na Forterscue a fim de financiar expansão de suas operações, porém não deverá ultrapassar 17,55%. A expectativa é de que em 2010 as exportações de minério de ferro da empresa australiana à China quadrupliquem e alcancem US$ 4 milhões de toneladas anuais.

Ainda buscando garantir fornecedores estáveis e de longo prazo de recursos naturais, a China também teve aprovada sua oferta de US$ 1,2 bilhão pela OZ Minerals ao final de abril de 2009. Para tanto, foi necessário retirar do acordo uma mina que se encontrava próxima à área de testes de armamento do exército australiano, motivo pelo qual a aquisição foi inicialmente bloqueada pelo governo local. Entre as condições atreladas ao investimento estão criação de subsidiária australiana para administrar a empresa, manutenção da maioria de funcionários do quadro administrativo e distanciamento da política de formulação de preços. O acordo aguarda aprovação do governo chinês e, se concluído, ajudará a OZ Minerals a saldar aproximadamente US$ 600 milhões em dívidas.

Leia mais
Carta da China 45

O maior investimento chinês previsto na Austrália, de US$ 19,5 bilhões da Chinalco pela Rio Tinto ainda está à espera de aprovação. Atraídas pela desvalorização do preço de *commodities* no mercado internacional, a série de propostas de aquisições parciais de empresas chinesas em empresas australianas detentoras de recursos naturais do país tem causado polêmica e levantado desconfiança entre australianos. No entanto, a Austrália até o momento tem garantido que as participações aprovadas sejam pequenas e que tenham impactos futuros limitados nos preços de minério de ferro.

Propriedade intelectual

Empresa francesa paga maior indenização da história da China por desrespeito à patente

A empresa Schneider Eletric Low Voltage Company, do grupo Schneider Eletric of France, acordou em pagar US$ 23 milhões à chinesa Chint Group em disputa sobre patente de circuitos em miniatura. O acordo, que pôs fim à disputa judicial de três anos, determinou valor de indenização significativamente inferior aos US$ 45 milhões estipulados pelo tribunal de primeira instância em 2007.

A decisão foi notável pelo valor elevado pago à companhia chinesa, pouco usual em disputas de propriedade intelectual na China e o maior da história do país. Em 2008, China liderou *ranking* mundial de solicitação de patentes, com mais de 800 mil aplicações, sobretudo de "pequenas patentes", que são de fácil obtenção e tempo de duração reduzido, de dez anos.

Energia II

China investirá em refinarias no Kuwait

A crescente demanda chinesa por petróleo impulsionou mais um contrato de investimento no setor fora do país em abril de 2009. A China Petroleum and Chemical Corp (Sinopec) firmou acordo com a estatal Kuwait Oil Company para investir US$ 350 milhões na construção de cinco refinarias no país. O contrato também atende à estratégia da empresa kuwaitiana de aumentar capacidade produtiva a fim de atingir meta de 4 milhões de barris de petróleos diários até 2020.

Esse, no entanto, não é o primeiro investimento da Sinopec em parceria com petrolíferas do Kuwait. Em 2006, a empresa chinesa já havia formado *joint-venture* com a Kuwait Petroleum Corp. para construção de refinarias de petróleo e planta de produção de etileno nas proximidades de Nansha, província chinesa de Guangdong.

Leia mais
Carta da China 20

Cooperação regional

China criará fundo de combate a efeitos da crise na ASEAN

Primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, anunciou em abril de 2009 a criação de fundo de cooperação de US$ 10 bilhões e US$ 15 bilhões em empréstimos a países membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês) - composta por Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã.

As medidas objetivam atenuar efeitos da crise de liquidez internacional na região. O montante disponibilizado pelo fundo priorizará projetos de infraestrutura de transporte, energia e comunicação entre China e países da ASEAN. Já os empréstimos, a serem oferecidos nos próximos 3 a 5 anos, incluem termos preferenciais de US$ 1,7 bilhão para projetos de cooperação.

Sistema bancário

Sem aprovação de regulador, Bank of China desiste de investimento na LCF Rothschild

Sete meses após Bank of China (BoC) anunciar aquisição de 20% de participação na La Compagnie Financière Edmond de Rothschild (LCFR), o banco estatal chinês desistiu do investimento. A transação avaliada em aproximadamente US$ 342 milhões não recebeu aprovação da Comissão de Regulação Bancária da China (CBRC, na sigla em inglês) até data limite de validade do acordo, em 31 de março de 2009.

Leia mais
Carta da China 41

Além da redução do lucro do Bank of China no primeiro trimestre de 2009, de 14% anualizados, e do agravamento da crise de liquidez internacional, a desistência do investimento reflete mudança de foco de Pequim em aquisições internacionais. Após expressivas perdas com investimentos em instituições financeiras e aproveitando a desvalorização de ativos energéticos e *commodities* no mercado internacional, a China deverá, em 2009, priorizar investimentos em ativos estratégicos para seu crescimento no longo prazo.

Leia mais
Carta da China 46

Mídia

Pequim divulga reforma de estatais de mídia e encoraja criação de conglomerados com peso internacional

A Administração Geral de Imprensa e Publicação (GAPP, na sigla em inglês) divulgou comunicado que determina reestruturação de estatais do setor de mídia até 2010. Decisão da GAPP tem por objetivo dinamizar setor de publicações chinês e, sobretudo, criar conglomerados com capacidade de competir no mercado internacional.

Além de estabelecer que algumas empresas subordinadas aos diversos níveis governamentais tornem-se independentes, a diretriz também reconhece oficialmente existência de publicações privadas – existentes, na prática, através de *joint-ventures* com estatais ou utilizando-se de permissão de impressão destas.

Atualmente, há mais de 600 editoras estatais e as vinte maiores controlam apenas 20% do mercado, contra 85% nos Estados Unidos, por exemplo. Pequim visa a criar seis ou sete grandes empresas de mídia globais, cuja receita anual seja superior a US$ 1,5 bilhão nos próximos três a cinco anos.

Relacionamento bilateral

Novos sinais de aproximação de China e Taiwan

Representantes do governo chinês e taiwanês assinaram três novos acordos de cooperação ao final de abril de 2009 durante encontro em Nanjing, na China. Os dois países se comprometeram a intensificar ações conjuntas de combate ao crime, incluindo crimes financeiros, bem como autorizaram expansão de voos semanais diretos entre China e Taiwan de 108 voos fretados para 270 voos programados.

O mais relevante acordo, no entanto, estende-se ao setor financeiro e visa a reduzir entraves à atuação de pequenas e médias empresas taiwanesas na China e a investimentos bilaterais. Conforme o documento assinado, os dois países deverão facilitar acesso de instituições financeiras chinesas e taiwanesas em cada um de seus mercados, criar mecanismo para intercâmbio de informações sobre reformas financeiras e aprofundar cooperação em termos de política monetária.

Outro sinal de redução de tensões no relacionamento bilateral, foi a aprovação da entrada de Taiwan na Organização Mundial da Saúde (OMS), que vinha sendo bloqueada pela China há 12 anos. Em maio de 2009, Taiwan participará pela primeira vez de reuniões da OMS desde que foi expulsa da instituição em 1972. Desde a eleição de Ma Ying-jeou à presidência de Taiwan em 2008, o diálogo com a China foi retomado após dez anos de suspensão.

Estatais

Governo chinês aproveita escândalos para reassumir participações no Citic Group

A polícia de Hong Kong iniciou, em abril de 2009, investigação sobre possível fraude e omissão de informações pela Citic Pacific, subsidiária do conglomerado estatal chinês Citic Group, após demora em anunciar perdas superiores a US$ 2 bilhões em contratos de *hedge* com dólar australiano e euro. A Citic Pacific teria anunciado prejuízo apenas em outubro de 2008, quando então já seria de conhecimento de seus executivos há cerca de seis semanas. Após começo de investigação, presidente e diretor da empresa anunciaram suas demissões.

Reestruturação da direção da Citic Pacific após perdas com derivativos reflete asserção de Pequim de seu controle sobre chamadas *red chips* – estatais chinesas atuantes no exterior e listadas na Bolsa de Hong Kong. Embora a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais (SASAC, na sigla em inglês) tenha aumentado exigência sobre a transparência de estatais centrais, *red chips* como Citic Pacific não precisam adequar-se às diretrizes da Comissão. O governo chinês, todavia, reafirmou seu controle ao expandir participação acionária do Citic Group de 29% para 58% sobre a Pacific pouco após início de rumores contra executivos da subsidiária. A SASAC já informou que estatais serão responsabilizadas por perdas de subsidiárias operando fora da China continental.

Carta da China
A Carta da China é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A Carta da China é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores
Rodrigo Tavares Maciel
Vivian Alt
Zaira Lanna
Estagiários: Lara Azevedo e Thiago Scot

Atendimento ao leitor
cebc@cebc.org.br

Edições anteriores
Disponíveis para download em www.cebc.org.br

Projeto gráfico
Presto Design